

Câmara Setorial – segunda fase

Alencar Burti

Foi com extrema preocupação que ouvimos alguns setores do segmento automotivo, afirmando que ali se realizam reuniões com o intuito de defender interesses corporativistas. E temos certeza de que a preocupação não foi só nossa (distribuidores e administradores de consórcios de veículos), pois logo que a notícia foi publicada, o Sindicato dos Metalúrgicos pediu uma audiência com o presidente da República no sentido de esclarecer o funcionamento da câmara setorial.

Não conseguimos entender como pessoas esclarecidas podem emitir opiniões totalmente desvinculadas do processo em que as decisões são tomadas no âmbito da câmara setorial. Minha longa vivência no comércio e na relação com setores públicos deve servir como parâmetro para avaliar se este é ou não um dos melhores instrumentos de que a sociedade, como um todo, dispõe para a defesa de seus legítimos interesses.

E posso assegurar que sim pelas razões que passo a expor.

Inicialmente, têm assento na câmara setorial todos os segmentos que, de forma direta ou indireta, participam no processo de produção de veículos automotores. Por parte do empresariado, estão fornecedores de insumo (matérias-primas), tais como aço, plástico, vidro, borracha e petroquímica, além de transportadoras, financiadoras, bancos privados e estatais, distribuidores, importadores e administradores de consórcio. Por parte dos trabalhadores estão sindicatos de todo o Brasil, CUT e Força Sindical. Pelos consumidores comparecem representantes de Procon e Decon. E, pelo governo, Ministério da Indústria e do Comércio, Ministério da Fazenda (Receita Federal), Banco Central, BNDES e Justiça.

Quem estiver razoavelmente informado e não for movido por segundas intenções sabe que a câmara setorial foi criada para administrar conflitos. Quem, em sã consciência, pode imaginar que o governo vá abrir mão da Receita, quando novos impostos estão sendo criados a fim de suprir um caixa estourado? Ou franquear o mercado para arrebentar o equilíbrio da balança? Ou como os distribuidores de veículos poderão cortar suas próprias margens, senão com a perspectiva maior de uma substancial ampliação do mercado, substituindo qualidade de venda por volume de venda com qualidade?

A câmara setorial, para os que tenham a memória curta ou amnésia gerada pelo trauma da má intenção, sabe que em março do ano passado a indústria automobilística atingia os mesmos níveis de produção, lotando seus pátios e os dos distribuidores. A ameaça de desemprego em massa era uma dura realidade para os trabalhadores, que já haviam testemunhado inúmeras dispensas.

Entramos para a câmara setorial, que mais parecia uma arena romana. Só a convicção, aliada a uma extrema competência da secretária Dorothea Werneck, que derrotou todos os atores (ou gladiadores), nos deu a certeza de que mais valia a pena tentar um acordo do que guerrear. E assim saiu o primeiro acordo, que tirou o setor de um buraco negro, os empresários de um caos econômico-financeiro e aliviou a pressão sobre o governo, que, além desses problemas, ainda tinha de quebra o caos social.

Cai um governo, assume outro e nós continuamos. Por quê? Porque a câmara setorial paira um pouco acima de governos e muito acima de interesses menores. Caso contrário teríamos caído junto.

Vem o segundo acordo, a indústria continua batendo recordes, os níveis de emprego se estabilizam e começam a dar os primeiros sinais de recuperação. Chegamos em maio deste ano com os melhores números: 122 mil carros produzidos.

Consumidores que havia mais de uma década haviam sido alijados do mercado passam a contar novamente com a possibilidade de um carro zero quilômetro, graças aos incentivos dados aos carros populares. Mas os conflitos não terminaram e não terminarão. Ao contrário, temos problemas sérios entre a indústria local e importadores, distribuidores e fabricantes, administradoras de consórcio independentes e de distribuidores e administradoras de fabricantes sem mencionar os trabalhadores, que objetivam melhores salários e condições de trabalho.

Portanto, se não foi má fé, será muito difícil caracterizar os trabalhos da câmara setorial como defesas de interesses corporativistas.

Agora, mais do que nunca, precisaremos de todos os valores que cultivamos nestes 14 meses. E mais: daqui para frente estaremos entrando na fase segunda das negociações da câmara setorial, esta em sintonia final, em que todos terão que usar o aprendizado adquirido na mesa de negociações, manter uma visão coletiva dos problemas e não perder a perspectiva de que os problemas maiores continuam em níveis federal, estadual, municipal e até internacional.

Aprendemos a respeitar, escutar, perder, ganhar e empatar sem nos desesperar. O limite da paciência de todos os participantes terá que ser ampliado na medida exata em que quisermos ampliar nossa atividade.

Para encerrar, gostaríamos de convidar aqueles que não conseguem superar alguns vícios, distorções de caráter ou má informação, a participar conosco desse processo que pretende não se limitar em si mesmo, mas, sim, ampliar seus limites para vários setores que nos ajudem a dar novas dimensões aos nossos horizontes (que pretendemos sem limites), para o bem de todos nós.

Alencar Burti, 62, é presidente da Abrad (Associação Brasileira das Empresas Administradoras de Consórcio e do Fornecimento dos Bens) e do Sincodiv (Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de São Paulo).